



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO  
XVII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA  
Cuiabá – Mato Grosso  
04 de junho de 2011**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Deverá ser redigida exclusivamente com caneta de tinta azul ou preta indelével.
03. Confira se o processo de prova contém 20 (vinte) folhas todas timbradas, pautadas e numeradas. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
04. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. **Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas 19 e 20 do próprio processo de prova.**
05. É vedada consulta a quaisquer anotações ou dicionários, sendo permitido recorrer exclusivamente a textos legais, sem comentários ou notas explicativas. **Nos termos do art. 46 da Resolução 75/CNJ poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.**
06. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
07. **Não** é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá utilizar-se de riscos, parênteses ou valer-se da palavra “digo”. O candidato deverá utilizar de grafia legível.
08. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões integra a avaliação.
09. Ao terminar, o candidato deverá devolver o processo de prova, **não** destacando o cartão de identificação.
10. Não é permitido escrever nada no processo de prova que possa levá-lo a ser identificado (assinatura, rubrica, desenho, figura, etc.). Qualquer identificação importará na eliminação do candidato.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

1. Sob a perspectiva do positivismo e do pós-positivismo, comente acerca da função dos princípios, das regras e normas jurídicas. (Valor 2 pontos)
2. Com base nos parágrafos 2º e 3º, do artigo 5º, da CF responda as seguintes perguntas: (Valor 2 pontos)
  - a) os tratados internacionais de direitos humanos, ratificados pelo Estado Brasileiro, ingressam no ordenamento jurídico nacional com qual hierarquia?
  - b) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser parâmetro de controle jurisdicional de constitucionalidade?
3. Discorra acerca da responsabilidade subsidiária da administração pública por inadimplemento de direitos trabalhistas de empresa por ela contratada à luz da jurisprudência atual do c. TST e excelso STF. (Valor 1,5 pontos)
4. Determinada empresa impetra mandado de segurança no Juízo do Trabalho de sua sede (Primavera do Leste-MT) contra ato do Superintendente Regional do Trabalho, sediado em Cuiabá-MT, que determinou sua autuação por suposto descumprimento de percentual mínimo de aprendiz no seu quadro de funcionários, como previsto no art. 429 da CLT, argumentando, na inicial, que sua atividade é perigosa, de modo que não estaria submetida à norma mencionada. Responda, de forma fundamentada: (Valor 1,5 pontos)
  - a) Qual o Juízo competente para processar e julgar o mandado de segurança?
  - b) Caberia deferimento de medida liminar?
5. Empregado ajuizou demanda trabalhista pleiteando a condenação do empregador ao pagamento cumulativo dos adicionais de insalubridade, por exposição a dois agentes insalubres físicos – ruído e frio, e pelo trabalho em ambiente perigoso – sistema elétrico de potência. O laudo técnico constatou a existência do trabalho em ambiente perigoso e a exposição do trabalhador aos aludidos agentes insalubres. Submetida à sua apreciação, decida de forma fundamentada. (Valor 1 ponto)
6. Considerando os princípios que regem a relação de trabalho, aborde o tema relativo à revista pelo empregador em pertences do trabalhador (bolsas, carteiras, etc.) ao final da jornada. (valor 1 ponto)
7. Na fase de cumprimento da sentença trabalhista, cujo devedor teve deferido o processamento da recuperação judicial por Juiz de Direito, é possível ao Juízo Trabalhista, de ofício, a qualquer tempo, direcionar a execução para outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do devedor, que não está submetida ao efeitos da recuperação judicial? Poderia, ainda, o Juízo do Trabalho desconsiderar a personalidade jurídica da empresa em recuperação judicial e direcionar a execução contra os seus sócios? (Valor 1 ponto).

Boa Prova.